

"Não pagamento dos juros tem implicações sérias"

por Paulo Sotero
de Washington

Uma alta fonte do governo dos Estados Unidos disse a este jornal, na última sexta-feira, que o não-pagamento, pelo Brasil, dos juros da dívida externa de 1988, que já começaram a vencer, "tem implicações sérias", podendo levar as autoridades do país a reclassificarem os empréstimos dos bancos norte-americanos ao Brasil.

A fonte indicou que a possibilidade de o Brasil vir a conseguir dos bancos o refinanciamento de uma parte dos juros de 1988 continua a ser viável, mas que esta é uma questão que deve ser tratada nas negociações do acordo de médio prazo da dívida, que começam nesta segunda-feira, em Nova York. "Mas até que se chegue a este acordo, o Brasil deve retomar os pagamentos, pois assumiu um compromisso nesse sentido."

Referindo-se a uma hipótese aventada pelas autoridades brasileiras, de o País começar imediatamente a pagar, mas apenas a parcela de juros de 1988 que não espera ver refinanciada pelo acordo a ser buscado com os bancos, ou seja, cerca de 40% da conta, o altofuncionário sugeriu uma saída baseada no mesmo critério e que, possivelmente, já foi comunicada a Brasília. O primeiro semestre, que é o período que levará para a efetivação do novo acordo, tem 180 dias, lembrou ele, acrescentando que os bancos e o governo brasileiro podem perfeitamente chegar a um acordo em 72 dias, ou seja, o período de tempo equivalente a 40% de 180 dias. "O importante é que o Brasil volte a pagar os juros", afirmou a fonte.

Paralelamente, o comitê de bancos, que também pressionou para que o governo brasileiro normalizasse os pagamentos de juros a partir de 1º de janeiro, expediu um telex aos credores, na madrugada da última sexta-feira, lembrando-lhes de sua "obrigação" de desembolsar a segunda parcela do empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões, solicitado pelo governo brasileiro para esta segunda-feira. O telex, assinado pelo Citicorp, Morgan Guaranty e Lloyds Bank, comunicava, também, que o comitê "foi informado por vários bancos de que eles não receberam pagamentos de juros da dívida brasileira de médio e longo prazo vencidos em 1988".

"Discussões sobre o pagamento desses juros estão ocorrendo com representantes do governo brasileiro, nos mais altos níveis", concluiu o telex. A possibilidade de o segundo desembolso do empréstimo-ponte — de US\$ 240,3 milhões — ser comprometido pelo não-pagamento dos juros de 1988 foi comunicada ao governo brasileiro, pelo comitê, depois de uma reunião realizada no Manufacturers Hanover Bank, na quarta-feira passada, na

qual 45 estiveram representados.

Quando surgiu, em meados do ano passado, a ameaça de rebaixamento da classificação dos ativos brasileiros pelo Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC), que forçaria os bancos norte-americanos a provisionar reservas específicas contra eventuais perdas em seus empréstimos para o Brasil, foi descartada pelas autoridades econômicas brasileiras "como um problema a ser resolvido entre o governo e os bancos dos EUA". Na reunião anual do FMI, no final de setembro, ela já era, contudo, levada a sério e acabaria sendo o fator determinante da decisão do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, de negociar com os bancos um "entendimento preliminar" para a suspensão da moratória, no início de novembro passado.

Por esse acordo provisório, os bancos fariam um empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões ao Brasil e o governo desembolsaria US\$ 1,5 bilhão de suas reservas para cobrir os juros não pagos em 1987. O Brasil, por sua vez, assumiu o compromisso, por escrito, de "manter correntes" os pagamentos de juros de 1988. O "entendimento", cuja validade foi confirmada pelo novo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, prevê, ainda, que as duas partes cheguem a um acordo de reescalonamento de médio prazo até o dia 15 de janeiro.

Na primeira versão deste acordo preliminar, o prazo-limite para se chegar ao acordo era o dia 31 de dezembro. Mas essa data foi mudada para o dia 15 de janeiro a pedido do governo brasileiro, disse a fonte do governo norte-americano. Esse adiamento solidificou, do lado dos credores, a impressão de que o Brasil voltaria a pagar juros enquanto se buscava o acordo. Em parte por não querer admitir, em casa, que assinara um acordo de suspensão da moratória, em parte para tentar preservar o que restava de sua posição de barganha perante os bancos, o governo brasileiro assumiu a posição de que a normalização dos serviços de juros ficaria condicionada à obtenção do acordo definitivo de renegociação.

No último dia 30, os bancos desembolsaram a primeira parcela do empréstimo de US\$ 3 bilhões — US\$ 710 milhões, que, somados a cerca de US\$ 360 milhões desembolsados pelo Brasil, permitiram ao País pagar os juros de outubro a 15 de dezembro de 1987. Os juros da segunda quinzena seriam cobertos pelo segundo desembolso do empréstimo-ponte, mais um pagamento de cerca de US\$ 120 milhões a ser feito pelo Brasil. Pelo "entendimento preliminar", a conta de juros de fevereiro a setembro de 1987 só será acertada quando o acordo definitivo entrar em vigor, em junho.